

Procuradoria Desportiva

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) AUDITOR(A)-PRESIDENTE
DA COMISSÃO DISCIPLINAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DESPORTIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

FFMS		FEDERACAO DE FUTEBOL DO MATO GROSSO DO SUL				Jogo: 66	
SÚMULA ON-LINE							
Campeonato:	Sul-Mato-Grossense Sub 17 - Não Profissional/2024				Rodada:	9	
Jogo:	Cefac / MS X Vec / MS						
Data:	19/10/2024	Horário:	08:00	Estádio:	Estádio do Cene / Campo Grande		
Arbitragem							
Arbitro:	Wenderson Cabral Araujo (FD/MS)					ASSINATURA DIGITAL VÁLIDA	
Assistente 1:	Diego dos Santos Ruberto (CD/MS)					ASSINATURA DIGITAL VÁLIDA	
Assistente 2:	Everton Policarpo Guimaraes (FD/MS)					ASSINATURA DIGITAL VÁLIDA	
Quarto Arbitro:	Francis da Silva Bandeira (FD/MS)					ASSINATURA DIGITAL VÁLIDA	
Cronologia							
1º Tempo				2º Tempo			
Entrada do mandante:	07:48	Atraso:	Não Houve	Entrada do mandante:	08:53	Atraso:	Não Houve
Entrada do visitante:	07:49	Atraso:	Não Houve	Entrada do visitante:	08:53	Atraso:	Não Houve
Início 1º Tempo:	08:00	Atraso:	Não Houve	Início do 2º Tempo:	08:57	Atraso:	Não Houve
Término do 1º Tempo:	08:42	Acréscimo:	2 min	Término do 2º Tempo:	09:40	Acréscimo:	3 min
Resultado do 1º Tempo: 1 X 1				Resultado Final: 2 X 4			

A PROCURADORIA DA JUSTIÇA DESPORTIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Procurador ao final subscrito, no uso de suas atribuições institucionais e legais dispostas pelo art. 21, inciso I, e, ainda, nos termos dos arts. 73 e 79, todos do Código Brasileiro de Justiça Desportiva – CBJD, consolidado pela Resolução CNE nº 29, de 10.12.2009, bem como em observância ao que fixado pelo Regulamento do Campeonato de Futebol Não Profissional Sub 17 – 2024, aprovado regularmente pelos Conselhos Técnico e Arbitral da FFMS, vem, mui respeitosamente perante Vossa Excelência, oferecer a presente **DENÚNCIA**, conforme as razões fático-jurídicas a seguir delineadas, em face de:

- **RYAN RODRIGUES TEIXEIRA**, Atleta, e **DANIEL BARBOSA MERCADO**, Técnico, ambos da equipe do CEFAC/ESQUERDINHA.



Procuradoria Desportiva

I – DO OBJETO FÁTICO:

A Secretaria do TJD/MS, por força do art. 77 do CBJD, encaminhou a esta PROCURADORIA DESPORTIVA a súmula e relatório disciplinar da partida acima identificada, que foi comandada pela equipe de arbitragem devidamente nominada, tendo sido registrado(s) o(s) seguinte(s) INCIDENTE(S) para o que ora interessa, *verbis*:

39:00	2T	10	Ryan Rodrigues Teixeira - Cefac
Cartão Vermelho Direto	Motivo: 1031 - Desaprovar com palavras ou gestos as decisões da arbitragem - O atleta proferiu as seguintes palavras para o árbitro: "você estragou o jogo, seu filho da puta, vai tomar no seu cú".		

Ocorrências / Observações
Após a cobrança de um pênalti, o técnico Daniel Barbosa Mercado da equipe do cefac/esquerdinha, começou a manifestar insatisfação com a arbitragem enquanto estava no banco de reservas. Ele proferiu críticas, afirmando que os árbitros desconheciam as regras e que sua atuação era muito ruim. Em seguida, arremessou uma garrafa de água no chão e bateu três vezes com as mãos em um tambor de água, reiterando suas queixas sobre a qualidade da arbitragem. Ele mencionou ter formação em arbitragem. A partida foi interrompida por dois minutos, pois o senhor Daniel Barbosa Mercado da equipe cefac/esquerdinha, se recusava a deixar o campo, pegou seu celular e começou a gravar a equipe de arbitragem, dirigindo críticas à comissão de arbitragem e à FFMS. Acabou sendo levado para as arquibancadas por seguranças e pelo delegado da partida, mas permaneceu próximo ao acesso do campo durante todo o jogo, filmando e denegrindo a arbitragem, alegando que eles estavam agindo de forma tendenciosa contra seu time e que a culpa pela derrota era da péssima atuação dos árbitros, além de ameaçar que iria prejudicar a carreira da equipe de arbitragem. No final da partida, técnico Daniel Barbosa Mercado dirigiu-se ao vestiário dos árbitros, mas foi novamente removido por seguranças e pelo delegado do jogo.

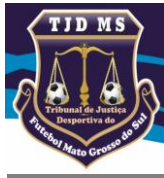
É o que cabe, neste momento, **sucintamente relatar**.

Passa-se a aduzir o que pertinente e de Direito.

II – DA JUSTIÇA DESPORTIVA – COMPETÊNCIA E TEMPESTIVIDADE:

A PROCURADORIA, que funciona junto à Justiça DESPORTIVA, possui, de acordo com as competências regulamentadas pela legislação pertinente, a função de *promover a responsabilidade das pessoas naturais e jurídicas que porventura venham a violar os dispositivos do CBJD* (art. 21) e, neste sentido, de forma exclusiva, *oferecer denúncia, nos casos previstos em lei ou neste Código* (inciso I), conforme análise conveniente, observando-se, também, os arts. 74, § 1º, 77 e 79.

Conforme o Regulamento Geral do Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional Série B – Edição 2024, devidamente aprovado, *foi reconhecida como instância própria esta Justiça Desportiva*, por seus órgãos competentes, *para dirimir conflitos* (primeira parte do art. 7º), bem como *as infrações disciplinares serão processadas e julgadas na*



Procuradoria Desportiva

forma prevista no CBJD (art. 24), observando-se também os termos contidos nos arts. 3º, 24 e 28 do CBJD.

A Justiça Desportiva, reconhecida como jurisdição especializada, de raiz constitucional e *munus publicum*, tem, por índole, dirimir litígios desportivos concernentes às competições e aos fatos disciplinares dela decorrentes, com razoabilidade e proporcionalidade para todos os interesses em jogo, circunstanciando-se nos seguintes vértices regulamentares: *equilíbrio competitivo – igualdade de chances – observância das regras – e imprevisibilidade dos resultados.*

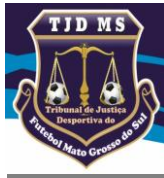
Diante da absoluta competência deste Tribunal de Justiça Desportiva para apreciação, análise e/ou julgamento da presente iniciativa, devem ser plenamente reconhecidos os pressupostos de legitimidade e tempestividade (arts. 21, inciso I, e 165-A, § 1º, do CBJD).

III – DA SUSTENTAÇÃO FÁTICO-JURÍDICA:

A teor dos arts. 57, parágrafo único, e 58, ambos do CBJD, a súmula, o relatório e demais informações prestadas pela equipe de arbitragem gozam de presunção relativa de veracidade, e independem de prova, não se constituindo, no entanto, em verdade absoluta, pois sempre há possibilidade de prova em contrário.

É com base nesta presunção *iuris tantum* que a denúncia, a ser formulada pela PROCURADORIA DESPORTIVA, deve ser fulcrada (§ 1º), considerando-a como prova do que alegado, porque dotadas de fé pública as informações prestadas pela equipe de arbitragem, em face das quais cabe a apresentação de provas hábeis e úteis, legalmente aceitas, que possuem o condão de contraditar, denegar, impugnar, questionar, desdizer, contestar o que relatado, não se admitindo a mera prova dita em contrário às informações então prestadas e contidas na súmula e relatório disciplinar da competição.

Vejamos, por oportuno, a seguinte doutrina esposada por FERNANDO TASSO, na tão festejada obra *CBJD – Comentários à Resolução CBE 29, de 10.12.2009*, Editora Juruá, 2012, que assim preleciona:



Procuradoria Desportiva

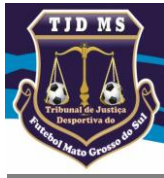
*(...) Quando o fato goza de presunção de veracidade não necessita vir acompanhado de outra prova, porém, **admite prova em contrário**. Essa presunção é relativa e não absoluta. Os fatos narrados na súmula do árbitro, por exemplo, **apesar de serem presumidamente verdadeiros, podem ser contestados**.*

*Essa presunção faz da súmula do árbitro um documento de extrema importância. A súmula, inclusive, é o ponto de partida para o processo disciplinar, pois é a base para a denúncia a ser formulada pelo Procurador. Do relato do árbitro se extraem as informações sobre o que aconteceu na partida, prova ou equivalente, **sem, naturalmente, desprestigiar outras provas que podem ser produzidas**.*

*(...) é importante ressaltar que **o árbitro está dentro do campo de jogo, perto dos lances e, inclusive, ouvindo as declarações dos atletas**, o que na maioria das vezes não é captado pelas câmeras e microfones. O árbitro **é os olhos e os ouvidos da Procuradoria** e o que ele relata é o que, na maioria das vezes, será defendido pelo Procurador.*

Assim, **a súmula deve ser o reflexo da partida (gols, substituições, cartões amarelos, vermelhos, infrações disciplinares), com o registro de todos os fatos ocorridos e relatados de maneira clara e detalhada**, visando fornecer à Procuradoria Desportiva e aos Auditores a melhor descrição possível dos fatos evitando possíveis condenações ou absolvições de forma equivocada ou injusta em face de resumos e equívocos na redação da súmula.

São os atos praticados pelo agente, mesmo que descritos pormenorizadamente e com a demonstração EFETIVA do que ocorreu realmente, que **permitem o enquadramento fático nas condutas descritas e tipificadas pelo CBJD**, não obstante expostos com uma linguagem breve e concisa, pela qual se transmite uma informação desejada e completa – mas com clareza – em poucas palavras, ou seja, dito sinteticamente toda a exposição dos atos efetivamente praticados e ocorridos na situação fática disposta, sendo a **tipicidade desportiva e o devido processo legal**, dentre outros, princípios que norteiam a interpretação e aplicação do CBJD (art. 2º, incisos XV e XVI).



Procuradoria Desportiva

Conforme doutrina de JOÃO LYRA FILHO, na obra *Direito do Futebol – marcos jurídicos e linhas mestras*, sob a autoria de ÁLVARO MELO FILHO e LUIZ FELIPE SANTORO (Quartier Latin Editora, 2019), tem-se que:

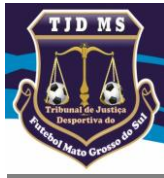
(...) o princípio da tipicidade desportiva é corolário dos princípios da legalidade e da segurança jurídica, sendo necessário que as condutas geradoras de sanções desportivas estejam predeterminadas, descritas no CBJD, de modo a que os fatos imputados possam subsumir-se com clareza nas prescrições jusnormativas codificadas. Configura-se, portanto, como garantia da não-surpresa para que os destinatários da codificação jusdesportiva possam conhecer de antemão quais são os comportamentos admitidos, ou não.

DO(S) INCIDENTE(S):

Com base, pois, nestas premissas preambulares e a par das ocorrências descritas e expostas na súmula e relatório disciplinar da partida, esta PROCURADORIA DESPORTIVA entende que, fática e juridicamente, **o(s) incidente(s) ocorrido(s) e então narrado(s) se enquadra(m) no(s) fato(s) típico(s) descrito(s) pelo CBJD**, que deve(m) ser objeto da presente DENÚNCIA para ser(em) oportunamente analisado(s) pelo TJD/MS.

Conforme narrado na súmula e relatório da partida pela equipe de arbitragem, os Senhores RYAN e DANIEL, ambos desportistas do CEFAC, ultrapassaram a normalidade do inconformismo para, ostensivamente, agir de forma exacerbada nas reclamações, as quais, num ambiente de disputa esportiva, são normais, mas desde que não sejam com base no desrespeito e no xingamento e, ainda, expressando-se com ameaça à pessoa do árbitro.

Para tudo há um limite. Logicamente que ninguém, pela natureza do livre arbítrio, há de se sentir acomodado com o que não se aceita, mas a demonstração de insatisfação deve ficar no modo moderado, equilibrado e de respeito, sob pena de ultrapassar a linha da consideração entre as pessoas que se encontram no mesmo ambiente das atividades.



Procuradoria Desportiva

O inconformismo pelas decisões da arbitragem, não obstante serem comuns na disputa da partida, seja por atletas, seja por terceiros envolvidos, deve assentar-se, tal como num mundo civilizado, dentro do razoável, do equilíbrio, do regular, não se ultrajando a honra e o caráter da pessoa, a profissão e seus afazeres.

Arrostar, afrontar em face do árbitro, designado pela entidade desportiva para ser o mediador da disciplina da partida esportiva, termos ditos pelo atleta RYAN como *filho da puta, vai tomar no seu cu*, bem como as atitudes perpetradas pelo técnico DANIEL, não obstante serem, às vezes, manifestações e reações comuns no cotidiano, sem intenção de ofensa, esbravejá-los no campo desportivo ultrapassam este limite para encampar no dolo de atingir o trabalho do árbitro, desrespeitando-o de forma rude, raivosa.

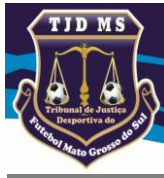
O respeito e a dedicação da ética em face de outrem é o mínimo que se espera num ambiente em que não deve haver inimigos, mas adversários, pois os atletas estão trabalhando como esportistas, o árbitro trabalhando como controlador da disciplina e os dirigentes ou membros da comissão técnica, trabalhando na administração do clube.

Inconformar-se, sim; repudiar, sim; xingar, não; desrespeitar, nunca.

Por mais que o ambiente desportivo causa tensão em busca do melhor resultado, ensejando às vezes atitudes desmedidas, outras vezes desarrazoadas, não devem ir além da ética e do respeito, da consideração e valoração do trabalho do outro agente envolvido no evento desportivo, como no caso, o árbitro, que está ali justamente para manter a disciplina da disputa, tanto física, como técnica.

Assim, o inconformismo ou a crítica não podem ultrapassar o razoável e proporcional, mesmo num ambiente tenso de disputa de jogo, devendo cada agente praticar seu mister com o devido respeito ao do outro, observando o princípio da colaboração, que deve ser observado por todos os desportistas em seus respectivos trabalhos em campo.

Na verdade, houve proferimento de expressões de cujo contexto circunscrito pelos xingamentos cingiu-se à configuração de atitudes ofensivas com a demonstração **efetiva da intenção de atingir o trabalho institucionalizado do árbitro e sua equipe de arbitragem**, bem



Procuradoria Desportiva

como colocou-se como um ameaçador à pessoa do árbitro após o jogo, eventualmente com violência física, o que maculam a honra subjetiva do árbitro:

Art. 258. Assumir qualquer conduta contrária à disciplina ou à ética desportiva não tipificada pelas demais regras deste Código.

PENA: suspensão de uma a seis partidas, provas ou equivalentes, se praticada por atleta, mesmo se suplente, treinador, médico ou membro da comissão técnica, e suspensão pelo prazo de quinze a cento e oitenta dias, se praticada por qualquer outra pessoa natural submetida a este Código.

§ 1º É facultado ao órgão julgante substituir a pena de suspensão pela de advertência se a infração for de pequena gravidade.

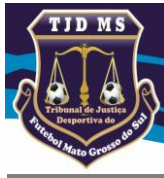
§ 2º Constituem exemplos de atitudes contrárias à disciplina ou à ética desportiva, para os fins deste artigo, sem prejuízo de outros:

I – desistir de disputar partida, depois de iniciada, por abandono, simulação de contusão, ou tentar impedir, por qualquer meio, o seu prosseguimento;

II – desrespeitar os membros da equipe de arbitragem, ou reclamar desrespeitosamente contra suas decisões.

E, ainda, a teor da subsunção dos fatos narrados ao que disciplinado pelo dispositivo acima descrito, e em dissecação da norma tipificada no art. 258, tem-se que ***assumir*** é *avocar para si*. ***Disciplina*** é a *obediência às regras desportivas*. ***Ética desportiva*** é um conjunto de *normas e preceitos que norteiam a boa conduta no desporto* (PAULO CÉSAR GRADELA FILHO e outros, *in CBJD – Comentários à Resolução CBE 29, de 10.12.2009*, Editora Juruá, 2012).

De outra feita, no caso em tela não se afigura, no entender desta PROCURADORIA, a tipificação disposta pelo art. 243-C dp CBJD, quanto a termos ameaçadores à integridade física ou à honra subjetiva da equipe de arbitragem, porquanto não houve qualquer manifestação



Procuradoria Desportiva

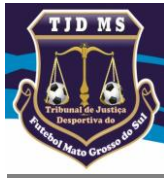
expressa na súmula no sentido de que houve atingimento à honra do árbitro, porquanto trata-se de atributo personalíssimo e, assim, a esta Procuradoria não dispõe de competência para, em nome alheio, pretender aapenação por ofensa à honra de terceiro.

O inconformismo por eventuais decisões tomadas pelo árbitro ou equipe de arbitragem não se assola num mundo selvagem, mas num universo ideal de coisas e de respeito e consideração.

As posturas adotadas pelos atletas, por membros de comissão técnica, auxiliares ou dirigentes das equipes devem ser pautadas pela boa conduta formalizada pelo *fair play*, pela dignidade de aceitar o resultado do certame, positivo ou negativo, de obediência às regras do jogo, de promoção e divulgação do esporte, de combate à violência em prol do desenvolvimento do cidadão, mas jamais, mesmo diante da emoção no calor da disputa, desrespeitar ou desacatar, perturbar os participantes ou espectadores.

Oportuno, para o caso em tela, o que assentado no Livro REGRAS DE FUTEBOL 2020/2021, editado pela CBF/FIFA, *verbis*:

(...) que a Educação dos Árbitros deve estar pautada no respeito ao espírito do jogo, a fim de garantir sua legitimidade e segurança. Por isso, todos devem respeitar os árbitros e suas decisões, lembrando e considerando o fato de que árbitros são seres humanos e, portanto, sujeitos a cometer equívocos. As Regras do Futebol devem garantir, além da segurança desportiva, a agradabilidade da partida para os jogadores, árbitros, treinadores, espectadores, fãs, administradores etc., isso para que as pessoas, independente de idade, raça, religião, cultura, etnia, gênero, orientação sexual, condição especial ou qualquer outra diferença, queiram participar e se envolver com o futebol. (...) o Futebol não existe sem as regras e sem os árbitros que as aplicam. O bom árbitro é o que domina as regras, sente o jogo, respeita seus princípios, sua dinâmica, atua com igualdade de critérios, precisão e discricção, serenidade e firmeza. Sempre de acordo com as regras e seus princípios. (...) SEM O DEVIDO RESPEITO À EQUIPE DE ARBITRAGEM, o futebol tende a fracassar!



Procuradoria Desportiva

Exige-se sempre, no campo desportivo, **atitudes profissionais, de respeito a gerar atos de exemplos à sociedade, tornando-se ídolos do bem e da dedicação à profissão**, e não atletas ou dirigentes sem qualquer compromisso consigo mesmo e com o esporte e a instituição desportiva.

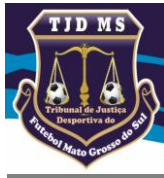
Os elementos contidos na súmula e relatório da partida devem ser considerados em sua inteireza como retrato do fato ocorrido, **valendo-se como prova da presente denúncia, cujo objeto, portanto, somente deve ser descaracterizado com a apresentação pelo denunciado de prova em contrário ao relatado de forma CABAL E CONSISTENTE**, legalmente admissível nesta seara em face da presunção relativa de veracidade das informações prestadas pelos membros da arbitragem, conforme o art. 58 do CBJD.

De outra feita, sabe-se que as disposições infracionais e respectivas penalidades contidas no CBJD não se comunicam com qualquer SUSPENSÃO AUTOMÁTICA ou eventual SANÇÃO fixadas pelos Regulamentos Geral ou Específico do Campeonato, pois estes fazem incidir a suspensão automática pelo simples ato da infração, enquanto que aquele, analisando as circunstâncias envolvidas no fato com a ponderação de todos os demais elementos, como expostos no art. 178, julga o atleta com a punição pertinente, a qual é independente daquela automática.

Deste modo, os autos devem ser montados com os devidos e pertinentes elementos probatórios do fato ocorrido, como meio de, referencialmente, instruir a peça denunciatória ou eventual formalização de inquérito e, inclusive, **possibilitar a formação da necessária convicção dos julgadores quanto à ocorrência ou inoccorrência de infração disciplinar desportiva, assegurando a aplicação, razoável e proporcional, da penalidade consequente**.

Portanto, os termos utilizados pelo denunciado justificam a presente denúncia a ensejar a penalidade de acordo com as circunstâncias e de forma razoável e proporcional às infrações cometidas, com a devida e necessária perpetração da responsabilidade objetiva por parte do clube que dirige.

De mais a mais, de acordo com o art. 282 do CBJD, a interpretação de suas normas far-se-á com observância das regras gerais de hermenêutica, visando *à defesa da disciplina, da moralidade do desporto e*



Procuradoria Desportiva

do espírito desportivo, fomentando os princípios da legalidade e moralidade em prol da competição e de sua plena gestão e garantindo a efetiva segurança como norteadora do desporto como direito individual, propiciada ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto à sua integridade física, mental ou sensorial (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 9.615/1998).

E, a par disso, o CBJD dispõe que, na aplicação das penalidades, o órgão julgante, fixando-as entre os limites mínimos e máximos, levará em conta a gravidade da infração, a sua maior ou menor extensão, os meios empregados, os motivos determinantes, os antecedentes desportivos do infrator e as circunstâncias agravantes e atenuantes, conforme exposição do art. 178.

Pelo exposto, esta PROCURADORIA, em conformidade com suas funções institucionais e nos termos dos elementos constantes da documentação em anexo, e entendendo que ta(l)(is) fato(s) se subsumiu(ram) ao(s) dispositivo(s) legal(is) acima elencado(s), **oferece a presente DENÚNCIA** em face do(a)(s) nominado(a)(s) pessoa/atleta(s) e a ensejar as respectivas penalidades de acordo com as circunstâncias e de forma razoável e proporcional às infrações cometidas.

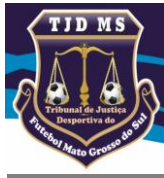
IV – DO PEDIDO:

Por todo o exposto, esta PROCURADORIA DESPORTIVA, por seu signatário *in fine* e pelos fundamentos e argumentos esposados, REQUER:

I – o **recebimento da presente denúncia**, com plena observância do procedimento sumário delineado pelos arts. 122 a 135 do CBJD, quanto ao(s) incidente(s) descrito(s) na exposição da súmula e relatório disciplinar então colacionados;

II – a **verificação dos antecedentes desportivos** do(s) ora denunciado(s);

III – a **inclusão**, após o devido processamento e observância das providências pertinentes, **em pauta de sessão** de instrução e julgamento desta Comissão Disciplinar;



Procuradoria Desportiva

IV – a **citação do(s) ora denunciado(s)**, pela forma legal, para, querendo, comparecer(em), por seu representante legal, à sessão de instrução e julgamento e responder(em) os termos desta peça preambular, com as razões de fato e de direito que entender(em) pertinentes, com expressa advertência de que, assim não procedendo, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos narrados nesta peça, podendo se fazer representar(em) por advogado(s) regularmente constituído(s), e

V – ao final:

- a incursão do **Senhor RYAN RODRIGUES TEIXEIRA**, Atleta do CEFAC, na tipicidade do **art. 258, § 2º, inciso II, do CBJD** e, por conseguinte, a incidência da **penalidade de suspensão 2 (duas) partidas**, com aplicação do benefício de redução da pena pela metade concedido pelo art. 182 do CBJD, e

- a incursão do **Senhor DANIEL BARBOSA MERCADO**, Técnico do CEFAC, na tipicidade do **art. 258, § 2º, inciso II, do CBJD** e, por conseguinte, a incidência da **penalidade de suspensão 4 (quatro) partidas**, não lhe sendo concedido o benefício de redução da pena pela metade, nos termos do § 3º do art. 182 do CBJD.

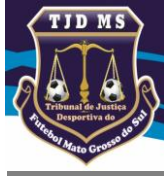
tudo em estrita observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade e com base no art. 178 do CBJD.

E, considerando a suspensão automática estabelecida no art. 18, item 4, do Código Disciplinar da FIFA e inserta no Regulamento Geral da Competição, esta PROCURADORIA requer que **das penalidades de suspensão por partida acima impostas sejam deduzidas as respectivas partidas eventualmente não disputada pelo(s) denunciado(s) por consequência automática da expulsão.**

Por fim, requer que sejam procedidas as devidas e necessárias anotações de estilo para efeito de registros acerca de antecedentes disciplinares e quanto a eventual e posterior cumprimento da pena imposta.

Intime-se, também, acerca do resultado do julgamento desta preambular, o **Departamento Técnico da FFMS.**

E, ainda, esta PROCURADORIA DESPORTIVA protesta pela produção de todos os meios de prova em Direito admitidos, como a



Procuradoria Desportiva

testemunhal e, sobretudo, a documental, fazendo-se anexar à presente a súmula e relatório disciplinar da partida.

Termos em que, PEDE DEFERIMENTO.

Em Campo Grande, MS, aos 30 de outubro de 2024.

WILSON PEDRO DOS ANJOS
Procurador de Justiça Desportiva
TJD/FFMS